

JUVENTUDE E MATURIDADE:

A PSICOLOGIA MORAL E O PROBLEMA DA AUTONOMIA

Felipe Bastos Gonçalves
Lucia Rabello de Castro

O presente trabalho visa discutir, a partir de uma perspectiva crítica, a relação entre a psicologia do desenvolvimento moral - mais notadamente a de J. Piaget - e as concepções de autonomia, explícitas ou não, que daí derivam. Em recente trabalho, desenvolvido a partir de uma oficina com jovens de uma escola pública do Rio de Janeiro, pudemos observar o quanto o discurso sobre “maturidade” serve como princípio regulador das relações dentro da escola, distribuindo lugares e funções não apenas nas relações entre jovens e adultos, mas entre os próprios jovens. Entendendo que a ideia de “maturidade” guarda relação com a de “autonomia”, buscamos compreender de que forma essas concepções incidem e se traduzem nos discursos e nas práticas cotidianas do espaço escolar, servindo ou não como “sistema de justificação” para as relações de hierarquia na escola. Atualmente, muito se fala sobre o exercício da autonomia por crianças e jovens, nos diferentes espaços que ocupam. Mas pouco se discute sobre o que é autonomia, ou quem é o sujeito da autonomia, suas supostas características ou atributos. Piaget representa uma tentativa de resposta à pergunta “quem é o sujeito autônomo?”. Ao compreender moralidade como autonomia, e definir o desenvolvimento moral como a passagem da heteronomia à autonomia, Piaget recupera a tradição moderna que vincula a moral à consciência e à autodeterminação. Piaget pressupõe o caráter racional da autonomia e da vontade moral, a moralidade e o pensamento lógico guardando uma relação de interdependência e complementaridade, representando dois aspectos de uma mesma razão. Ademais, Piaget compreende moralidade como obediência às regras, e seu objetivo é compreender “como a consciência vem a respeitar as regras”. Ele constrói um esquema em que a criança parte de uma consciência das regras como algo exterior, eterno e imutável - heterônoma - para um momento em que o indivíduo (adulto) compreende as regras como impostas pelo consentimento mútuo, e passíveis de transformação, desde que haja consenso geral, obtido através do discurso racional. O extremo racionalismo e hiperintelectualismo da autonomia piagetiana leva à desconsideração de outros aspectos relevantes da moralidade, como os afetos, o sentimento de injustiça, a capacidade de empatia ou de indignação. O formalismo do juízo moral em Piaget leva a uma desvinculação do contexto em que os juízos morais se dão, desconsiderando a própria historicidade da noção de moralidade proposta: à pretensão de universalização de uma moralidade formal, subjaz a defesa de uma ordenação social bem específica e historicamente situada, e de uma subjetividade dita autônoma que, longe de ser universal, corresponde a um sujeito bem específico, o homem, adulto, ocidental, retirando da infância e da juventude qualquer possibilidade efetiva de autonomia, exceto como uma promessa futura, e mantendo as relações de hierarquia nas relações entre jovens e adultos inquestionáveis. (apoio: CAPES)

Palavras-chave: Autonomia, Desenvolvimento moral, hierarquia escolar